

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Ética e política em Lukács			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Glauber Andrade Silva Leal	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	Estudante formado
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>A trajetória da ética integrada a uma filosofia política toma diferentes formas ao longo da história. É notória a tendência da filosofia grega antiga, onde ética e política estão imbricadas, como por exemplo em Aristóteles. Muito embora a decadência da polis que segue a dominação macedônica tenha produzido éticas dissociadas da política (epicuristas e estoicos), uma série de autores de importantes obras éticas também produziram teorias integradas a uma filosofia política e vice-versa, como Hobbes, Kant e Hegel.</p> <p>O filósofo húngaro G. Lukács, seguindo a esteira do pensamento marxiano, funda a sua ética em uma ontologia do ser social. Para o pensador, a práxis humana da produção dos meios materiais de sua própria existência promove um desenvolvimento das relações sociais a ponto de produzir uma distinção radical entre o indivíduo e o gênero humano, entre as possibilidades e necessidades particulares e genéricas.</p> <p>Partindo deste pressuposto, o filósofo húngaro busca compreender a função social da ética – que aqui aparece como sendo algo mais do que a “ciência da conduta” – que consiste na busca para a superação da relação dicotômica entre o singular e o universal da reprodução social, ou seja, entre indivíduo e sociedade. Neste sentido a ética assume aqui um papel mediador emancipatório que ganha uma dimensão política através do partido enquanto portador de um mandato moral, perspectiva presente em sua obra História e Consciência de Classe.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Ética; Lukács; Política			
ABSTRACT			
<p>The trajectory of ethics integrated into a political philosophy takes different forms throughout history. It is a noticeable trend of ancient Greek philosophy, where ethics and politics are intertwined, such as in Aristotle. Although the decline of the polis which follows the Macedonian domination has produced ethical decoupled of the policy (Epicureans and Stoics), a number of authors have also produced important works ethical theories integrated into a political philosophy and vice versa, as Hobbes, Kant and Hegel.</p> <p>The Hungarian philosopher G. Lukács, following the wake of Marxian thought, founded their ethics on ontology of social being. To him, human production of the material means of its own existence promotes the development of social relationships to the point of producing a radical distinction between the individual and mankind, between the particular and generic possibilities and needs.</p> <p>Under this assumption, the Hungarian philosopher seeks to understand the social function of ethics - which appears here as something more than the "science of conduct" - which consists of finding the overcome the dichotomous relationship between the singular and the universal of social reproduction, i.e., between individual and society. In this sense ethics assumes here a role mediator emancipatory who acquires a political dimension through the party while carrying a moral mandate, perspective found in his work History and Class Consciousness.</p>			
KEYWORDS			
Ethics; Lukács; Politic			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

Introdução

A relação entre ética e política é um problema de ordem prática e extremamente atual. No Brasil, por exemplo, acompanhamos atualmente o julgamento dos indivíduos envolvidos no mensalão, um dos maiores esquemas de corrupção da história do país, cuja descoberta fomentou movimentos que exigiam “ética na política” (FOLHA ONLINE, 2005).

Pudemos conferir que nas chamadas “jornadas de junho”, para além da pauta específica sobre a redução da tarifa do transporte público, a principal palavra de ordem presente nas ruas eram aquelas contra a corrupção. Esta é uma indignação tão expressiva que logo os movimentos de junho deste ano passaram a ser direcionados no sentido de uma reforma política que fosse capaz de firmar princípios éticos no interior do Estado. A validade de qualquer reforma política neste sentido requer uma investigação criteriosa a respeito da natureza e da função social dos complexos da ética e da política. Caso contrário, qualquer esforço neste sentido será bastante problemático.

Neste sentido, a proposta deste trabalho a apresentar os resultados preliminares da investigação do pensamento do filósofo húngaro György Lukács, na perspectiva de verificar suas contribuições à respeito da relação entre os complexos da ética e da política. É fato conhecido que Lukács pretendia elaborar uma *Ética*, projeto que nunca se realizou (TERTULIAN, 2010). O filósofo esbarrou com uma série de dificuldades que o levaram a seguir outro caminho, julgando necessário fundar sua ética em bases ontológicas. Por conseguinte, dedica-se a redação de uma introdução que resultou nos manuscritos que deram origem a sua *Ontologia do ser social*, publicada postumamente.

A partir de uma concepção materialista da história herdada de Marx, Lukács oferece reflexões interessantes ao fundar sua *Ética* em bases ontológicas, deixando indicações valiosas para uma reflexão filosófica sobre problemas que tanto afetam a sociedade contemporânea. Não obstante, as interpretações de seu pensamento alimentam polêmicas que estão longe de serem resolvidas, e é

* Graduado no Curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; membro do Grupo de Estudos de Ideologias e Luta de Classes – GEILC/Museu Pedagógico da UESB. Endereço eletrônico: <rad.demiurgo@gmail.com>.

preciso deixar claro que não é o objetivo deste artigo encerrar este debate. As investigações em curso já oferecem uma série de elementos valiosos que naturalmente serão expostos aqui, todavia tais resultados apenas apontam para a necessidade de uma pesquisa muito mais criteriosa sobre a temática.

Por conta do andamento dos estudos realizados, este trabalho se concentra nos textos de juventude de Lukács, entre os anos de 1919 a 1922. Entretanto, algumas ideias do Lukács maduro serão apresentadas a título de reflexão, muito embora estes careçam de uma maior riqueza de referências e, evidentemente, um maior entendimento de tais pensamentos no juízo do autor destas linhas.

A última parte deste trabalho se dedica, sobretudo, a apresentar as interpretações de alguns dos comentadores da obra de Lukács. Certamente ainda é necessário visitar outras fontes desta natureza, mas certamente será interessante expor algumas das polêmicas que já foram identificadas nestes estudos até o presente momento.

As motivações éticas do jovem Lukács

A reflexão a respeito da ética ocupa um lugar de destaque no campo do marxismo, onde polêmicas desta natureza são travadas desde a II Internacional. Pensadores como Plekhanov, Kautsky e Althusser produziram diferentes interpretações da obra marxiana, que oscilavam entre duas concepções extremas, ora caracterizando o marxismo como ciência, ora como doutrina ética (ALBINATI, 2007).

György Lukács se insere neste debate propondo uma interpretação humanista do pensamento de Marx, o que significou um novo olhar sobre o papel do sujeito na totalidade da esfera social. Desta forma, o processo de tomada das decisões alternativas torna-se uma questão central para Lukács, que busca determinar o lugar da ética no sistema das atividades humanas. O autor está preocupado em desenvolver formas de consciência social que fossem capazes de intervir diretamente nas relações materiais da sociedade, o que, segundo Mészáros (2002, p.473), explica seu empenho em investigações de caráter ético e estético. Segundo afirma Tertulian (2010, p.21), “o interesse de Lukács pelos problemas éticos apareceu muito cedo. Em 1911, ele escreveu um diálogo intitulado ‘A pobreza de espírito’ onde a ‘graça da bondade’ se encontra no centro de suas reflexões”.

Este interesse se acentua após a I Guerra Mundial, cujas consequências trágicas para a humanidade afetaram profundamente Lukács. A revolução russa de 1917 se revelou para ele como uma saída para o conflito armado e para o capitalismo, o que parece indicar que sua adesão ao marxismo foi movida por motivações éticas. Em 1967, ao referir-se a sua própria trajetória política e intelectual, Lukács (2007, p.5) afirma que “[a ética] impele à prática, ao ato e, assim, à política. Esta, por sua vez, impele à economia, o que leva a um aprofundamento teórico e, por fim, à filosofia do marxismo”.

Tais motivações se expressam em seu ensaio de 1919, intitulado *Tática e Ética*. Nele, Lukács (1972a) tenta expor em linhas gerais o campo das escolhas alternativas do proletariado, que se coloca, em longo prazo, diante de uma “missão histórico-mundial” e, conseqüentemente, que sua inserção no movimento socialista é essencialmente a busca dos meios que servem ao seu objetivo final, em outras palavras, a busca da tática correta. Aqui, o objetivo de Lukács, em suas próprias palavras, era saber “como a consciência e o senso de responsabilidade do indivíduo relaciona-se com o problema da ação coletiva taticamente correta” (LUKÁCS, 1972a – tradução nossa¹).

Já está presente aqui uma preocupação em descobrir como a ética seria capaz de conectar o indivíduo a uma ação coletiva mais ampla, isto é, como o sujeito pode superar a particularidade do singular e assumir, como dever próprio, uma tendência histórica unitária. Neste sentido, Lukács está convencido de que as escolhas individuais motivadas eticamente por um senso de responsabilidade e uma consciência histórico-filosófica podem ser transformadas em ação política. Para ele, resta saber quais considerações éticas são capazes de transformar a consciência histórico-filosófica do indivíduo em uma ação coletiva politicamente correta, uma vez que seu próprio senso de responsabilidade o move para o campo da política.

Quando o indivíduo que faz uma decisão ética dentro de si mesmo que segue ou rejeita um curso tático particular, ele se move para um nível especial de ação, o da política, e a singularidade de sua ação implica – do ponto de vista da ética pura – na consequência de que ele deve saber em que circunstâncias e como ele age (LUKÁCS, 1972a – tradução nossa²).

No ano seguinte, em 1920, Lukács escreve outro ensaio, intitulado *A missão moral do partido comunista* (LUKÁCS, 1972b), cujo título já revela sua tese central. O filósofo toma como ponto de partida os chamados “sábados comunistas”, que eram uma espécie de mutirões mobilizados pelo partido bolchevique, onde os operários, diante das dificuldades enfrentadas pela Rússia pós-

¹ “How do conscience and the sense of responsibility of the individual relate to the problem of tactically correct collective action?”

² “When the individual who makes an ethical decision within himself then follows or rejects a particular tactical course, he moves onto a special level action, that of politics, and the distinctiveness of his action entails – from the standpoint of pure ethics – the consequence that he must know under what circumstances and how he acts”.

revolução, realizavam trabalho voluntário não remunerado em algumas atividades como remoção escombros e concertos de linhas férreas. Em primeiro lugar, Lukács coloca este exemplo como um germe, não somente pra a criação de novas relações de trabalho sob o socialismo, mas também para a renovação moral da nova sociedade. Em segundo lugar, quer ressaltar a importância de tais medidas como “ações morais do Partido Comunista”.

Em 1922, nos ensaios reunidos em *História e consciência de classe*, o partido aparece como portador da “ética do proletariado”, que, para Lukács (2007, p.129), é praticamente o sinônimo da sua própria consciência de classe. Mas, se a “ética do proletariado” é a sua própria consciência de classe, do qual o partido comunista é portador, a sua política revolucionária é determinada diretamente por esta função (LUKÁCS, 2007, p. 129-30). Não obstante, a tese da missão moral do partido reaparece acompanhada de uma tentativa de demonstrar como a ética impele o indivíduo à ação política.

Logicamente, Lukács demonstra-se preocupado com supervalorização da organização política, mas apenas no sentido de que o partido não é capaz de criar o movimento histórico concreto da luta do proletariado, ou muito menos evita-lo. Ele recorre a Rosa Luxemburgo quando ela demonstra o elemento espontâneo das greves de massa através da experiência da revolução russa de 1905, ao mesmo tempo em que ressalta a importância do Partido Social Democrata Russo (PSDR) para a radicalização do movimento. Seguindo esta linha de raciocínio, Lukács formula que, muito embora o partido não possa criar artificialmente o movimento revolucionário das massas, ele se configura enquanto a expressão mais elevada de sua consciência, pois ele é o próprio “portador da consciência de classe do proletariado” (LUKÁCS, 2007, p.128).

Uma vez reconhecido o partido como forma histórica e portador ativo da consciência de classe, ele se torna, ao mesmo tempo, o portador da ética do proletariado em luta. Essa função deve determinar sua política. Nem sempre essa política estará de acordo com a realidade empírica momentânea; em tais momentos, suas palavras de ordem podem ser ignoradas; a marcha necessária da história lhe renderá não somente justiça, mas a força moral de uma consciência de classe correta e de uma ação também correta e conforme à classe trará igualmente seus frutos - no plano da política prática e real. (LUKÁCS, 2007, p.129-30)

Neste sentido, o partido deve assumir a sua missão moral diante do movimento espontâneo das massas proletárias, dando impulso e energia a sua luta na medida em que é o portador de sua consciência e força diretriz de sua “missão histórico-mundial”. O partido, todavia, deve conquistar a confiança das massas mantendo-se no caminho correto, não se desviando mesmo sob o risco de ser ignorado, “pois a força do partido é uma força moral” (LUKÁCS, 2007, p.130). Uma vez conquistada esta confiança, da qual o partido deve ser merecedor, este terá finalmente se firmando enquanto um líder da revolução.

Para o jovem Lukács, se por um lado o partido é o portador da consciência de classe moralmente correta, por outro ele é o meio pelo qual o próprio indivíduo se conecta com a missão histórico-mundial do qual é parte constituinte. Ou seja, o partido é o meio pelo qual o membro singular pode caminhar em direção à realização da liberdade por si mesmo, pois o partido é a “mediação concreta entre o homem e a história” (LUKÁCS, 2007, p.560). Partindo deste princípio Lukács lança o postulado de que “[...] a disciplina do Partido Comunista, a assimilação incondicional de toda a personalidade de cada membro na práxis do movimento são o único caminho possível para a realização da personalidade autêntica” (LUKÁCS, 2007, p. 563).

As passagens apresentadas até aqui parecem apontar que, para Lukács, sob a autoridade do partido a ação política se torna ética, pois se o partido carrega a consciência de classe do proletariado, somente este pode guiar as massas revolucionárias ao caminho correto. Em outras palavras, no campo das escolhas alternativas concretas, dentre as quais o proletariado deve seguir, o partido comunista apresentará as escolhas corretas. O que está em jogo é saber quais são os meios necessários para alcançar o fim desejado, qual seja, a sociedade socialista.

Não dá para resistir à desconfiança de que tais formulações em si parecem bastante problemáticas. O problema se amplia quando nos damos conta de que Lukács não parece estar preocupado em discutir quais são os meios reais que julga tão necessários a “missão histórico-mundial” do proletariado. Os próprios conselhos operários, por exemplo, são raramente mencionados. A lógica dos argumentos parece caminhar para a ideia de que a confiança no partido é o principal critério para se alcançar a ação política taticamente correta, sem ao menos questionar-se quais são as garantias de que o partido apresenta as melhores soluções aos problemas políticos que emergem da realidade concreta.

Não é menos complicada a afirmação de que o membro do partido deve, incondicionalmente, ter *toda* sua personalidade assimilada à disciplina da organização, como forma de realizar uma “personalidade autêntica”. Lukács chega a admitir a existência de um paradoxo nesta formulação, mas que para ele é apenas aparente. Todavia, é difícil imaginar como uma possível anulação da personalidade de um indivíduo pode ser sua realização autêntica.

No prefácio de 1967, o próprio Lukács (2007) reconhece o caráter problemático de sua obra *História e consciência de classe*. Entretanto, sem ser muito específico, limita-se a dizer que esta apresenta um teor fortemente messiânico. Como veremos a seguir, Lukács abandona parte de suas teses de juventude, muito embora muitos elementos pareçam permanecer em suas obras de maturidade.

Ser social, teleologia e ética

Segundo Mészáros, o período de juventude de Lukács é marcado pelo pensamento de que ele havia encontrado uma relação não problemática entre política e ética, onde a escolha da tática politicamente correta era por si só ética. Nas palavras de Mészáros (2002, p.448):

[...] no período em que os ensaios de *História e consciência de classe* foram escritos, Lukács poderia conceber a própria ética como não problemática e *diretamente política* porque a *política* era vista como *diretamente ética* [...] A situação é completamente diferente quando Lukács aventura-se na redação de sua *Ética* que terminou por ser uma *Ontologia*. Inicialmente, no verão de 1956, parecia que a sociedade pós-Stalin começava a se mover na direção correta, ainda que muito lentamente, prometendo a possibilidade um reexame sério da relação entre ética e política. A brutal repressão do levante de Outubro na Hungria pôs um fim abrupto a tais esperanças. Por isso, na medida da viabilidade da execução, todas as questões cadentes da ética, na sua relação inevitável com a política, tiveram de ser transferidas para a esfera mais abstrata da ontologia.

Muito embora possamos falar em uma verdadeira mudança substancial na linha de pensamento de Lukács, quanto ao tratamento da relação entre ética e política, é certo que parte de concepções éticas se conservam ainda na passagem para os anos de 1960. Por exemplo, a ideia presente em *História e consciência de classe*, onde a consciência socialista e a “ética do proletariado” são concebidas enquanto sinônimos, parece ressurgir do texto *O papel social do filósofo*³, publicado postumamente. Nele, Lukács afirma que “a verdadeira consciência do socialismo fundado por Marx é, antes de mais nada, a consciência do caminho correto: do objetivo em seus princípios gerais, dos meios respectivos em sua especial e frequentemente mutável particularidade e dos passos subsequentes em sua peculiaridade” (LUKÁCS, 2009b, p.220).

Por outro lado, é evidente que as concepções éticas de Lukács se afinam ao longo de seu processo de amadurecimento intelectual. Como já foi dito, o filósofo pretendia elaborar uma *Ética*, cuja introdução adquiriu um estatuto autônomo nos manuscritos que deram origem a sua *Ontologia do ser social*. Segundo Tertulian (2012, p.21):

Em 1960, após encerrar a primeira parte de sua *Estética* (cujos dois volumes iriam sair em 1963), Lukács decidiu bruscamente interromper o trabalho com esta obra para retomar o seu antigo projeto da *Ética* – desta vez com instrumentos intelectuais afinados pela experiência de toda uma vida. Como ele confidenciou a Ernst Fischer, em 18 de março de 1960, sua decisão foi determinada pelo sentimento de que “a ética é o ponto mais fraco de nossa teoria” (ele se referia às

³ Como este texto não possui data, não há um consenso a respeito do período em que foi escrito. Os editores alemães acreditam que ele foi redigido nos anos de 1950, muito embora não apontem uma data mais precisa. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto, todavia, sugerem que ele foi redigido no final desta década, ou até mesmo no início dos anos de 1960, graças ao caráter positivo atribuído nele à ontologia, diferentemente de sua atribuição negativa presente nas obras de Lukács anteriores a sua *Estética*, de 1962 (COUTINHO, C.N & PAULO NETTO, José, 2009, p.11).

debilidades do marxismo na elaboração de uma teoria da vida ética), e também por motivos pessoais.

Aqui há um refinamento da teoria lukacsianas que fundamenta suas concepções éticas. Seguindo a esteira do pensamento marxiano, Lukács parte do pressuposto de que para se reproduzirem socialmente os indivíduos devem produzir os meios materiais de sua existência. A produção de tais meios se realiza por via de um intercâmbio orgânico entre sociedade e natureza, mediado através do *trabalho*, que se expressa através de uma atividade teleologicamente orientada (LUKÁCS, 2009a, p.227-236).

A capacidade humana de agir segundo uma teleologia está diretamente ligada à presença ativa da consciência, enquanto uma das principais características que diferenciam a espécie humana dos demais seres naturais. Não obstante, é necessário chamar a atenção para o fato de que Lukács faz certas ressalvas quanto a relação dialética entre três esferas ontológicas: inorgânica, orgânica e social. Da mesma forma que o desenvolvimento do ser orgânico só se funda a partir de um ser inorgânico, aquele serve de base para o desenvolvimento do ser social. A passagem de uma forma de ser para outra, levando em consideração todas as categorias de transição que se reproduzem em todo este processo, sempre representa um salto que forma algo qualitativamente novo, muito embora jamais elimine o enraizamento em suas bases ontológicas originárias (LUKÁCS, 2009a, p.227-8).

Desta forma, segundo Lukács, enquanto o ser orgânico se caracteriza essencialmente pela reprodução de si mesmo e pela adaptação passiva, o ser social reproduz o novo e se insere conscientemente em seu processo de adaptação. Desta forma, a atividade da abelha, como no exemplo clássico da *Ideologia Alemã*, que poderia ser classificada enquanto um certo tipo de trabalho (inclusive, dividido socialmente), diferencia-se de qualquer atividade humana pois não se configura enquanto um ato consciente, teleologicamente orientado para um fim. O trabalhador, por seu turno, cria uma representação em sua consciência do objeto do seu trabalho antes de realizá-lo. Logo, “o momento essencial da separação é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica” (LUKÁCS, 2009a, p. 228).

Aqui surgem dois aspectos necessários ao procedimento desta investigação. Primeiro que o trabalho, apesar de ser o fundamento das bases ontológicas de todas as relações sociais humanas, não encerra em si mesmo todas as mediações necessárias para a reprodução social, pois sua função essencial é a relação entre sociedade e natureza (*posições teleológicas primárias*). Na medida em que a existência social se torna cada vez mais complexa, se amplia a necessidade de mediações entre os indivíduos. Surgem então as *posições teleológicas secundárias*, ou seja, os complexos

ideológicos⁴ tais como os costumes, a educação, o direito e a ética, cuja intenção direta não se volta para a transformação da matéria natural, mas para a transformação da consciência de outros indivíduos (VAISMAN, 2010, p.48-9).

Em segundo lugar, no processo de reprodução social o trabalho é simultaneamente o princípio de desenvolvimento tanto dos indivíduos quanto da sociedade em sua totalidade. Existe, porém, uma distinção radical entre o indivíduo e o gênero humano, entre as possibilidades e necessidades particulares e genéricas, em outras palavras, se estabelece uma relação antinômica entre o singular e o universal da reprodução social humana. Segundo Lessa (2007, p.22),

É esta presença objetiva, no interior de cada ato singular de cada indivíduo concreto, da contradição entre o universal e o singular que torna necessário que, com o desenvolvimento social, surjam complexos valorativos que explicitem todas estas contradições, suas possibilidades e necessidades históricas, coletivas e individuais. E é para atender a esta necessidade social que surgem os complexos como os costumes, o Direito, a moral, a ética e a tradição.

Contudo, diferentemente dos demais complexos valorativos, a função social da ética para Lukács – que aqui aparece como sendo algo mais do que a “ciência da conduta” (ABBAGNANO, 2007, p.442) – consiste na busca para a superação desta relação dicotômica entre o singular e o universal da reprodução social, ou seja, a superação dos particularismos do indivíduo que opta por valores onde se expressem a sua *generalidade humana para-si*. Nas palavras de Lukács,

Apenas na ética é eliminado o dualismo assim posto por necessidade social, onde a superação da particularidade do singular alcança a uma tendência unitária: a exigência ética inverte o centro da individualidade do homem agente, ele escolhe entre preceitos que na sociedade se tornaram, por força das coisas, antinômicos, e é uma escolha-decisão ditada pelo preceito interior de reconhecer como dever próprio o quanto se conforma à própria personalidade, é isto que ata os fios entre o gênero humano e o indivíduo que supera a própria particularidade (LUKÁCS, 2012a, p.162).

Apontar esta antinomia entre singular e genérico não significa, para Lukács, assumir uma concepção dualista. O filósofo húngaro evoca o Marx dos *Manuscritos econômico-filosóficos* para afirmar que há uma unidade entre a vida individual e a vida genérica dos seres humanos, uma vez que todo indivíduo é também um ser social. A antinomia identificada por Lukács parece compor o que ele denomina de “unidade dialética das tensões” (LUKÁCS, 2009b, p.217-8).

Mesmo afastando-se de qualquer dualismo, outras dificuldades surgem a partir das elaborações apresentadas até aqui. Considerando tais determinações da ética em Lukács, as possibilidades de atar “os fios entre o gênero humano e o indivíduo” efetivamente parecem estar no

⁴ A concepção de ideologia não é um consenso dentro do marxismo, sendo comum defini-la apenas de maneira restrita, enquanto “falsa consciência”. A respeito deste debate, conferir Albinati (2007, p.102-9) e Vaisman (2010).

mínimo distantes. O próprio gênero humano parece ser uma grande abstração se desconsiderarmos as classes sociais que o compõe, por conseguinte os interesses radicalmente antagônicos que estão em jogo no processo de escolha das decisões alternativas valoradas pela ética.

Neste momento não pode deixar de vir à toda os limites políticos de quaisquer concepções éticas que se debrucem sobre os problemas enfrentados por uma sociedades dividida em classes sociais. Como pensar nos valores em que se baseiam as escolhas que pretendem se projetar enquanto uma “generalidade humana para-si”, se os indivíduos enquanto classe possuem interesses que são concretamente antagônicos? Não é possível pensar esta questão sem trazer à tona a dimensão política da ética.

Ética e política

No Brasil, o debate acerca das concepções políticas da obra lukacsiana assume posições diferenciadas por seus interpretes. Em seu estudo sobre o capítulo da ideologia na *Ontologia* de Lukács, Vaisman (2010) identifica a política no conjunto das posições teleológicas secundárias, que se dirige a totalidade da sociedade com a função de dirimir os conflitos sociais. “A prática política é uma posição teleológica que modifica [...] o mundo fenomênico onde se desdobra o conflito, movimentando as alternativas postas pela essencialidade social e visando, ao mesmo tempo, á transformação da própria essência” (p.54).

Paulo Netto (2011) afirma que a pensamento de Lukács jamais esteve alheio à dimensão política, contudo toma o cuidado de afirmar que a atenção prioritária do filósofo húngaro não era produzir um estudo sistematizado a este respeito. O autor assume que uma “crítica cuidadosa e radical da concepção política de Lukács ainda está por fazer-se”, mas adianta que a política não é o núcleo central da teoria lukacsiana, apesar de ser uma dimensão sempre presente em seu pensamento.

[...] no conjunto da obra lukacsiana, a política não comparece como um objeto autônomo, passível de ser tematizado em suas peculiaridades. Em poucas palavras: há, no conjunto da obra lukacsiana, uma – insistimos – inequívoca dimensão política; mas não se pode, legitimamente, considerar a existência de algo como que um sistema de teoria política na obra lukacsiana: Lukács foi um pensador político, não um pensador da política. Esta determinação não retira da sua concepção política a importância, como tampouco minimiza a sua significação; apenas permite apontar o espaço restrito em que decorre a sua reflexão política, subordinada não a um tratamento sistemático, mas as exigências decorrentes das suas concepções teórico-filosóficas e a injunções do seu protagonismo como sujeito político (PAULO NETTO, 2011).

Coutinho (1996), por seu turno, parece não ser simpático à concepção lukacsiana da política enquanto manifestação da ideologia. Além do mais, também admite que não há um tratamento satisfatório da esfera política na *Ontologia*, muito embora afirme que a própria elaboração da obra esteja marcada por uma preocupação política em combater as deformações do marxismo pelo stalinismo e pelo neopositivismo. Coutinho ressalta o significado político de obras como *História e consciência de classe*, que em si refutaria as acusações de Perry Anderson, que caracteriza o marxismo ocidental enquanto um “refúgio na filosofia e um abandono da política”. Todavia, apesar das ressalvas, Coutinho (1996, p.23) é categórico ao dizer que:

O elo perdido, a principal lacuna na cadeia de mediações posta em movimento pela *Ontologia*, é precisamente a práxis política enquanto momento privilegiado da reprodução social. Não há na *Ontologia* (como, de resto, em toda obra marxista de Lukács) um tratamento autônomo satisfatório da especificidade da política enquanto esfera do ser social.

Mesmo quando se refere ao conjunto da obra de Lukács, Coutinho (1996) considera um tratamento abstrato e vazio de especificidade oferecido à política. Não obstante, aponta o caráter problemático da “fanática e acrítica admiração pela personalidade e pela obra de Lênin”, o que parece ser um sintoma da tendência geral presente na *Ontologia*, onde o sujeito da ação política assume um caráter excessivamente individual. Segundo Coutinho (1996, p. 24) “nesse ponto, podemos apontar até mesmo um certo retrocesso [na *Ontologia*] em relação a *História e consciência de classe*: por mais problemática (e até mesmo mítica) que seja nessa obra a sua concepção de partido, o jovem Lukács parece identificar neste sujeito coletivo o ator político”.

Na análise do pensamento lukacsiano empreendida por Lessa (2007, p.47), ele propõe que a política está essencialmente imbricada a propriedade privada, e afirma enfaticamente que não existe qualquer universalização da política no pensamento de Lukács, ao contrário do tratamento que o filósofo o oferece à categoria trabalho, condição ineliminável da existência humana. A política é definida pelo comentador enquanto “poder que se exerce no e pelo Estado” (LESSA, 2007, p.50), “forma de poder do homem sobre o homem” (LESSA, 2007, p.51), o que oferece um estatuto negativo para a política.

Ética e política, neste sentido, não teriam qualquer relação de complementariedade. Pelo contrário, tratam-se de complexos radicalmente distintos. Enquanto a ética deve apontar no sentido da superação dos particularismos em relação às necessidades genéricas, a política tem a função de afirmar os interesses particulares de uma classe social, em outras palavras, “a conexão do indivíduo com o gênero que tenha a qualidade ética exclui qualquer relação política” (LESSA, 2007, p.107).

Após este postulado, Lessa (2007) traz a tona o problema da necessidade de mediações políticas no processo de transição para uma forma social livre da luta de classes. Admite que sem uma política revolucionária não há qualquer chance de superação do capital. O comentador resgata as severas críticas de Mészáros à Lukács, segundo o qual não teria levado em consideração esta dimensão do problema, fator que impediu a concretização do projeto lukacsiano de formular sua *Ética*.

De fato, as considerações de Mészáros em relação às concepções éticas e políticas de Lukács são bastante contundentes. Para ele, Lukács atribui uma importância primordial a ética que, por si só, resolveria os conflitos entre os particularismos do indivíduo e humanidade para-si. Em contrapartida, as mediações materiais necessárias para a transformação das relações sociais concretas assumem uma importância secundária. Como já foi dito, esta parece ter uma tendência em todo o pensamento de Lukács, qual seja, a preocupação em buscar formas de consciência capazes de agir diretamente na base material da sociedade. Para Mészáros (2002, p.469), esta tendência traz um problema intrínseco, uma vez que

[...] a grande dificuldade em relação a esta visão é que essas formas de consciência social, nas quais o interesse emancipatório é particularmente forte, como acontece sem dúvida no domínio do discurso estético, não podem na realidade responder diretamente às necessidades e exigências da base social para, por meio da sua intervenção, moldar a estrutura material da ordem social estabelecida. Pois, no processo de desenvolvimento histórico, quanto mais articulada se torna a superestrutura legal e política, mais abrangentemente ela abarca e domina não apenas as práticas materiais reprodutivas da sociedade, mas também as mais variadas “formas ideais” de consciência social.

Por fim, para Mészáros, Lukács nunca foi capaz de fazer uma crítica radical sociedade soviética, assumindo sua defesa até o fim. Tal postura o obrigou a operar suas reflexões na esfera mais abstrata da ontologia, além de leva-lo a negligenciar um tratamento necessário à política em seus ultimo escritos. Logo, Mészáros afirma que nem uma profunda investigação da ética pode substituir uma crítica radical da política, e foi justamente por não levar em conta esta dimensão da política, a razão para que Lukács nunca tenha concluído sua *Ética* (MÉSZÁROS, 2002, p.496-9).

Considerações finais

Como já foi dito, as intenções deste trabalho não ultrapassam o nível de um resultado preliminar de uma investigação mais ampla do tema. Tais resultados, todavia, trazem a tona um suposto “elo perdido”, como afirma Coutinho, quanto a falta de um tratamento autônomo à política em todo o pensamento de Lukács.

Está claro que ainda é cedo para conclusões minimamente definitivas. Ainda é necessário verificar cuidadosamente o texto da *Ontologia do ser social*, investigando qualquer indicação quanto à esfera da política, sobretudo dentro do capítulo da Ideologia, onde supostamente a política se integra no pensamento lukacsiano.

Ademais, não há dúvidas de que a *Ontologia* de Lukács traz à tona uma série de questões fundamentais para a compreensão dos problemas éticos da sociedade contemporânea. Muito embora seu projeto inicial da elaboração de uma *Ética* nunca tenha se concretizado, certamente deixou indicações valiosas dos rumos de sua pesquisa futura.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALBINATI, Ana Selva Castelo Branco. **As determinações da moralidade na obra de Marx**. Tese de Doutorado (Filosofia). Belo Horizonte. UFMG/FAFICH, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Lukács, a ontologia e a política**. In: ANTUNES, Ricardo; RÉGO, Walquiria Leão (Org.). 2ª ed. Lukács: um Galileu do século XX. São Paulo: Boitempo, 1996, p.16-26.

COUTINHO, C.N.; PAULO NETTO, José. Apresentação. In: LUKÁCS, G. **O jovem e outros escritos de filosofia**. COUTINHO, C.N.; NETTO, J. P. (Org.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2009, p.7-14.

FOLHA ONLINE. **Ato público em Brasília defende ética e combate à corrupção**. (2005)
Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u71468.shtml>>. Acesso em: 14 de junho de 2013a.

LESSA, Sérgio. **Lukács: ética e política**. Chapecó: Argos, 2007.

_____. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3ª edição. Injuí: Editora Injuí, 2007.

LUKÁCS, G. **A reprodução**. Disponível em:
<http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapReproducao/NovaTraduc/NovaTraducReprod.doc>. Acesso em: 1 set. 2012a.

_____. **Alienação**. Disponível em:
<http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapAlienacao/CapAlienacao.doc>. Acesso em: 1 set. 2012b.

_____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: LUKÁCS, G. **O jovem e outros escritos de filosofia**. COUTINHO, C.N.; NETTO, J. P. (Org.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2009a, p.225-245.

_____. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. O papel social do filósofo. In: LUKÁCS, G. **O jovem e outros escritos de filosofia**. COUTINHO, C.N.; PAULO NETTO, José. (Org.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2009b, p.203-224.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo 2012c.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo 2010.

_____. **Tactics and ethics**. (1972a) Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lukacs/works/1919/tactics-ethics.htm>>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

_____. **The moral mission of the communist party**. (1972b) Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lukacs/works/1920/moral-mission.htm>>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

_____. **The role of morality in communist production**. (1972c) Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lukacs/works/1919/morality.htm>>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo/ Editora da Unicamp, 2002.

PAULO NETTO, José. **Sobre Lukács e a Política**. (2011) Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2426:sobre-lukacs-e-a-politica>. Acesso em: 26 jul. 2013.

TERTULIAN, Nicolas. **O grande projeto da ética**. Verinotio revista on-line. Nº 12, Ano VI, out. 2010. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.77644266353589.pdf>>. Acesso em: 04 de março de 2013.

VAISMAN, Ester. **A ideologia e sua determinação ontológica**. Verinotio revista on-line. Nº 12, Ano VI, out. 2010. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.49365995032122.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2013.